

editorial
editorial

entrevista
interview

ágora
agora

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!22

REVISTA V!RUS
VIRUS JOURNAL

issn 2175-974x
julho . july 2021



Veronica Garcia Donoso é graduada e doutora em Arquitetura e Urbanismo. É Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no curso de Arquitetura e Urbanismo, Campus de Cachoeira do Sul. Atua nas áreas de Projeto de Arquitetura e Urbanismo, Paisagismo e Fundamentos de Arquitetura e Urbanismo. vgdonoso@yahoo.com.br

<http://lattes.cnpq.br/7791541625837991>

Carolina Arrau Besoain é psicóloga clínica e doutora em Psicologia. É Professora Adjunta da Facultad de Psicología da Universidad Alberto Hurtado, em Santiago, Chile. É pesquisadora no *Laboratorio Interdisciplinario de Subjetividad y Cambio Social* (UAH-UC-COES) e membro do *Capítulo Chileno de la Asociación Internacional de Psicoanálisis y Psicoterapia Relacional*. cbesoain@uahurtado.cl

https://www.researchgate.net/profile/Carolina_Besoain

Como citar esse texto: DONOSO, V. G.; BESOAIN, C. A. Pensar criticamente as políticas habitacionais brasileira e chilena. **VIRUS**, São Carlos, n. 22, Semestre 1, julho, 2021. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/_virus22/?sec=4&item=12&lang=pt>. Acesso em: 17 Jul. 2021.

ARTIGO SUBMETIDO EM 7 DE MARÇO DE 2021

Resumo

O artigo analisa dados sobre políticas habitacionais no Chile e no Brasil e apresenta pesquisa de campo com moradores de habitação social em Santiago do Chile. Optou-se por privilegiar o olhar subjetivo gerado pelo processo de aquisição da casa própria. A experiência chilena demonstra que há grande complexidade na produção de habitação social sob a ótica empresarial. Os recentes interesses políticos brasileiros por essa forma de atuação, desde 2009, levantaram a discussão sobre os impactos desse modelo para as cidades brasileiras. Porém, as pesquisas têm dado maior ênfase à crítica arquitetônica, urbanística e política do modelo, mas os impactos na subjetividade das práticas sociais ainda precisam ser estudados. Através da combinação de métodos, como levantamento bibliográfico, pesquisa documental, entrevistas e observação, este trabalho demonstra, a partir de uma aproximação entre as realidades brasileira e chilena, que os impactos das políticas habitacionais neoliberais ocasionam processos de subjetivação complexos, de relações cruzadas entre a reprodução de uma imposição social e a contestação de padrões bastante singulares. O trabalho contribui para a discussão de habitação no contexto latino-americano, principalmente considerando os programas habitacionais e as consequências dos modelos neoliberais para o cotidiano das famílias beneficiadas por eles

1 Introdução

A questão habitacional atual na América Latina envolve, entre outros aspectos, os desafios que a produção de moradia enfrenta em contexto de políticas neoliberais. Esse formato de produção habitacional social com ação da iniciativa privada é muito presente em vários países latino-americanos, como México (SÁNCHEZ, 2020), Argentina (LAZARINI, 2014), Chile (TAPIA ZARRICUETA, 2011; DONOSO, 2017) e também Brasil, a partir do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV¹ (DONOSO, 2017). Essa produção latino-americana tem também relação com o papel dos bancos na disseminação do modelo de financiamento da moradia, a partir dos anos 1980, e com a associação desse modelo com as concessões de empréstimos internacionais por instituições financeiras multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bastante atuante no caso chileno. Esse modelo foi também aplicado em diversos países em desenvolvimento na América Latina desde o final da década de 1980, quando o crescimento das cidades e dos assentamentos informais pedia urgentemente por soluções de moradia (ROLNIK, 2015).

No contexto mais recente, observando o cenário de crescimento do conservadorismo em lideranças políticas mundiais e do chamado "liberalismo antidemocrático" (MOUNK, 2018), uma forma de liberalismo que serve predominantemente a interesses específicos de grupos econômicos, se expõe também o risco potencial de maiores perdas de conquistas sociais importantes no cenário mundial. No Brasil, essas perdas já começam a ser previstas pelas primeiras ações políticas ocorridas em 2019², quando se iniciou um governo com agenda fortemente neoliberal.

Nos anos 2000, já se reestruturava, no Brasil, a política de crédito habitacional (ROYER, 2014), que tanto possibilitou maior acesso de grupos sociais ao mercado de consumo, quanto estimulou o processo de financiamento da política habitacional, mesmo que seja um processo de produção habitacional no contexto empresarial. (ROYER, 2014, SHIMBO, 2010, FIX, 2011, CAMARGO, 2017). Prevê-se, para os próximos anos, um aumento do entusiasmo neoliberal e dos seus consequentes resultados urbanos de segregação socioespacial e de diminuição das práticas sociais públicas, coletivas e completas (DONOSO, 2017). Observar as experiências de países que estão, há mais anos, lidando com os impactos dos modelos neoliberais, como o Chile, é certamente interessante. Este artigo apresenta, principalmente na análise mais específica de estudo de caso em Santiago de Chile, informações sobre esses impactos no cotidiano dos moradores de habitações sociais.

Na política habitacional brasileira recente, destacou-se, já na criação do Programa Minha Casa Minha Vida na época da crise mundial de 2008, a articulação política de empresas que buscavam, junto ao governo, participar de programas habitacionais nos moldes neoliberais mexicano e chileno, que permitissem à iniciativa privada atuar também no mercado imobiliário das faixas de renda mais baixas, inclusive na habitação social. Tal modelo, embora tenha auxiliado a questão econômica do país por ser uma política anticíclica, criou também uma produção baseada em atingir um déficit, e se baseou em práticas neoliberais que tiveram resultados drásticos para as cidades e para a população de menor renda (ROLNIK, 2015; BONDUKI, 2014; DONOSO, 2017).

A produção massiva de habitação social regida pela lógica do mercado e interesses de particulares, implicará, na maioria dos casos, na replicação de um modelo de produção que traz diversas consequências socioespaciais e subjetivas, as quais consistem na concentração de habitação social em um mesmo trecho urbano (gerando bairros social, econômica e funcionalmente homogêneos com problemas sociais, como violência e tráfico de entorpecentes); em carências de equipamentos urbanos; em questões de falta de conectividade urbana e em estigmas criados por cenários de violência e pobreza, dentre outros. Essa é a paisagem social em que as desigualdades não só se tornam visíveis, mas também se reproduzem, o que caracteriza de modo assombroso grande parte do fracasso das políticas neoliberais de construção de habitação social.

Este artigo apresenta dados sobre o impacto das políticas neoliberais para o cotidiano de famílias em situação de vulnerabilidade social no Chile e, através de estudos das narrativas pessoais, que tipo de resistência a elas têm surgido. Essas resistências não ocorrem necessariamente por políticas ou programas, mas pela força e pela luta dos grupos sociais que buscam melhores condições de vida, mesmo em meio a tantas adversidades. Essa observação, então, depende do olhar ao indivíduo, ao seu cotidiano e aos processos subjetivos.

O presente trabalho une resultados de duas pesquisas de doutorado em uma colaboração latino-americana. Essas pesquisas utilizaram metodologias diversas, como levantamento bibliográfico, pesquisa documental, entrevistas e observação, tanto participante quanto sistemática enquanto técnica de coleta de dados (GIL, 2008). A combinação dos métodos se fez necessária tanto para o levantamento e para a análise dos dados necessários sobre os temas (analisados pela metodologia de pesquisa documental e bibliográfica), quanto para a compreensão dos fenômenos sociais por uma lógica próxima entre o observador e observado, analisada pelos métodos de observação e entrevista. Isso considerado, explora-se o olhar individual de luta e as adversidades enfrentadas por famílias que receberam uma residência em Santiago do Chile através de programa habitacional. Essa análise interdisciplinar, dessa forma, une olhares da arquitetura e da psicologia, para possibilitar maior compreensão da complexidade do fenômeno do habitat.

Neste momento de mudanças políticas e sociais em âmbito mundial, ressalta-se a importância de se observarem as narrativas e o cotidiano, analisando as ações individuais que surgem na contralógica do pensamento hegemônico e homogeneizante. Além disso, a reflexão sobre o Chile nos mostra a fragilidade das ações políticas no tocante ao cotidiano dos grupos sociais em uma realidade muito próxima à brasileira, o que permite diversas aproximações e levanta a necessidade de serem observadas as resistências do dia a dia para o fortalecimento de pautas sobre o planejamento das cidades e das políticas habitacionais.

2 Experiências em políticas habitacionais chilenas e suas aproximações com o Brasil

A experiência em políticas habitacionais chilenas se aproxima do Brasil por alguns pontos de intersecção, podendo ser divididas de acordo com quatro períodos principais até o momento atual (DONOSO, 2017):

1. Anterior a 1964: Trata-se das experiências anteriores ao período militar, singelas e relacionadas ao maior período de crescimento urbano, em que se destaca, no Chile, a criação da *Corporación de la Vivienda* (CORVI), o primeiro programa de erradicação de ocupações irregulares (TAPIA ZARRICUETA, 2011);

2. De 1964 a 1990: São as grandes produções de habitação durante o governo militar, que no Brasil corresponde ao período de 1964-1985 e, no Chile, de 1973-1990. Nesse período, no Chile, foram criados o *Ministerio de Vivienda y Urbanismo* (MINVU) e o *Servicio de Vivienda y Urbanización* (SERVIU), e o liberalismo econômico passou a instituir a participação da iniciativa privada na produção de habitação social. Em ambos houve redução do papel do Estado e a produção do período foi marcada por uma preocupação em solucionar a crescente demanda por habitação (TAPIA ZARRICUETA, 2011; OPAZO, 2014; OLAVARRÍA, 2014);

3. De 1990 a 2000: Período da retomada da democracia nos dois países, com a manutenção – no caso chileno –, e cisão – no caso brasileiro, da estrutura da política habitacional criada durante a ditadura. No Chile, embora o modelo de inspiração neoliberal tenha se mantido nos governos democráticos, foram criados novos programas buscando diminuir os impactos negativos das produções habitacionais já existentes (TAPIA ZARRICUETA, 2011; BONDUKI, 2014);

4. A partir de 2000: No Chile, destacam-se a criação de novos programas habitacionais, a continuidade de outros, a ênfase na participação popular e as estratégias para a negociação de dívidas obtidas com a aquisição da casa própria. No Brasil, destaca-se o restabelecimento de uma Política Nacional da Habitação e a criação de diversos órgãos, planos e programas, como o Ministério das Cidades, o Estatuto da Cidade e o Programa Minha Casa Minha Vida. Este último inseriu, pela primeira vez no país, a iniciativa privada na produção de habitações sociais, modelo que guarda semelhanças com a política vigente no Chile, embora não tenha se espelhado nos melhoramentos que foram realizados nos programas chilenos a partir da redemocratização (TAPIA ZARRICUETA, 2011; ROLNIK, 2015; BONDUKI, 2014; DONOSO, 2017).

2.1 O neoliberalismo na política habitacional chilena

Foi durante o governo do General Augusto Pinochet (1973-1990) que se instituiu o liberalismo econômico (1975), seguido de diversos processos que desencadearam profundas mudanças na cidade de Santiago do Chile, como a liberalização do mercado do solo urbano através da *Política de Desarrollo Urbano*, de 1979, que aumentou a possibilidade de construção em áreas periféricas, impulsionando a expansão dos limites urbanos e incentivando a aquisição da casa própria por meio de regras de subsídio. A instalação do modelo neoliberal trouxe crescimento econômico, o que contribuiu para uma relativa diminuição nos índices de pobreza, ainda que, ao mesmo tempo, tivesse alterado a estrutura socioeconômica e populacional e agravado as desigualdades territoriais, gerando maior homogeneidade socioeconômica nas *comunas*³, o que acabou por acentuar a segregação socioespacial (DE MATTOS, 1999).

Se, por um lado, os resultados físicos da produção de habitação social durante a ditadura militar foram de qualidade urbana questionável, com a criação de um modelo de desenho urbano amplamente criticado

(embora utilizado até hoje), por outro lado, os resultados sociais foram ainda mais perversos. Perseguições, violência política e eliminação de movimentos populares sob a justificativa de erradicação de habitações irregulares foram parte das operações realizadas no período. A Operação Condor, criada em 1975 com apoio da *Central Intelligence Agency* (CIA), coordenou ações em um período de suspensão dos Direitos Humanos (DINGES, 2005).

Em relação à política habitacional, a retomada da democracia não provocou grandes alterações, e o ideário da política habitacional com participação da iniciativa privada se manteve, ainda que com alterações no cenário social e econômico (TAPIA ZARRICUETA, 2011). Foi a partir dos governos da *Concertación* que se iniciou o mais intenso período de construção de habitações sociais do Chile, utilizando-se os mecanismos neoliberais criados durante o regime militar (OPAZO, 2014). Os resultados foram de maior produção quantitativa, embora criticados pela manutenção da segregação socioespacial e pela questionável má qualidade dos espaços produzidos.

A dificuldade de se lidar com as leis de mercado para a localização, a qualidade da construção, o endividamento da população e o estímulo muitas vezes questionável do ideário da casa própria tem levado o governo chileno a buscar a implementação de estratégias para minimizar as deficiências do modelo de produção habitacional neoliberal. Dentre elas, principalmente nos programas chilenos criados a partir dos anos 2006, encontram-se a ênfase na participação popular, a busca pela manutenção e pelo fortalecimento de organizações e redes sociais e o olhar para programas mais focados em intervenções territoriais do que em unidades habitacionais, como o *Programa Quiero Mi Barrio* (PQMB) e o *Programa Plan Integral*. Além disso, as preocupações não se restringem somente à produção de novas habitações, mas se ampliam até a qualidade das construções entregues nos anos anteriores, visto que algumas delas passaram por um processo de constante demolição e reconstrução, ao qual se somam também as catástrofes naturais que acometem periodicamente o território chileno, como terremotos, incêndios e chuvas.

A mudança da habitação irregular para habitação social possibilitou que as famílias sem recursos fossem inseridas nas regras econômicas e sociais do mercado do solo urbano. Entretanto, essa mudança, embora vista de forma favorável por elas, por advir da aquisição da casa própria, foi pensada a partir de um modelo individual de conquista, e não pela realização coletiva. O modelo de subsídio atual, assim, não fortalece a rede social, pois as ações são individuais, além de levar ao endividamento da população, que não consegue arcar com os custos básicos da nova forma regular de moradia.

As conseqüências são, portanto, de grande complexidade subjetiva, com maiores problemas no cotidiano das famílias, como será visto nos estudos de caso. Essa complexidade traduz-se por uma série de problemas: prática social voltada mais ao interior da habitação do que ao espaço público; desinteresse por regras condominiais e de boa vizinhança, principalmente em uma rede social fragilizada; aumento dos índices de delinquência e violência no espaço público (tanto pela presença de apropriações individualizadas por algumas lideranças relacionadas a tráfico de drogas, como pelo receio dos demais moradores em se apropriarem dos espaços públicos); maior dependência dos grupos sociais em relação a subsídio e às orientações dos líderes comunitários e maiores chances de abandono da habitação adquirida para o retorno à irregularidade (DONOSO, 2017).

3 Cotidiano em habitação social, narrativas individuais e subjetividade

Segundo Massey (2005), a incorporação do espaço na teoria social é essencial para visibilizar a multiplicidade, momento em que os discursos da globalização anulam qualquer tipo de resistência, movimento ou alternativa frente ao panorama do capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2008). Assim, não é possível dissociar as relações sociais e os processos de subjetivação do espaço: para fazer justiça à multiplicidade e à simultaneidade que os efeitos do neoliberalismo enquanto sistema social provocam na vida cotidiana dos cidadãos, especialmente latino-americanos, é essencial realizar considerações espaciais.

A análise da subjetivação sob o ponto de vista espacial implica também compreender que nem todos os corpos habitam o espaço da mesma maneira. Por exemplo, quando as feministas falam sobre suas experiências espaciais habitualmente se referem à dificuldade e à opressão (ROSE, 1993). A divisão sexual do trabalho e da vida social implicou também uma divisão do espaço e da experiência de familiaridade e hospitalidade nos corpos que o habitam. Assim, as diferenças sociais são efeito de como os corpos habitam o espaço.

O "sentir-se em casa" é, para Ahmed (2006), uma experiência de orientação no corpo que não é igual para todos. A familiaridade se conforma através das maneiras em que os espaços se imprimem nos corpos, ou seja, é um efeito do habitar. Isso implica um processo de negociação de proximidades em espaços que não são uma exterioridade do corpo, mas sim parte deste, como uma segunda pele, uma extensão da própria

subjetividade. Nesse sentido, alguns espaços permitem a extensão de certos corpos e não deixam lugar para outros (AHMED, 2006).

A partir desse olhar, compreender os modos de habitar os espaços significa compreender os parâmetros – corporais, materiais, discursivos, imaginários, relacionais – que participam da constituição da subjetividade. Pensar o lar como espaço de subjetivação é se aproximar da compreensão das mutações da subjetividade contemporânea, compreendendo a indissociável relação entre os projetos de subjetivação e os conflitos, relações e possibilidades do espaço habitado. A seguir, apresentam-se estudos de casos de narrativas pessoais de famílias chilenas. Os relatos demonstram a subjetividade presente no contexto da habitação social, com grande relação com as ações mais individualistas, geradas pela pouca identificação com o modelo de moradia imposto pelo programa habitacional.

3.1 Gênero, políticas sociais neoliberais e subjetividade

As primeiras análises sobre o processo de subjetivação em grupos sociais da cidade de Santiago ocorreram em uma primeira pesquisa de campo com moradores de habitações sociais que receberam sua moradia entre os anos 2000 e 2009. A narrativa do sacrifício como organizador dos processos de subjetivação foi um dos eixos centrais das descobertas dessa pesquisa, a qual buscava compreender algumas das contradições no verdadeiro “trânsito para a modernidade” (SKEWES, 2006), que implicava mudar da habitação informal para uma situação regularizada. O objetivo geral foi compreender os processos de subjetivação presentes na narrativa da história da mudança para conjuntos habitacionais sociais (BESOAIN, 2012).

Foi interessante escutar as palavras-chave da história social e política da habitação popular e dos movimentos sociais de Santiago, presentes nas narrativas biográficas das mulheres participantes⁴. Esta questão não é casual, na medida em que as políticas sociais chilenas se apoiam desde tempos imemoráveis na figura da mãe como principal nó mítico da família popular, marcada pela ausência do pai/conquistador, tal como sinalizou Sonia Montecino (1991) para o caso chileno, e Octavio Paz (2015) para o caso mexicano⁵.

Uma das palavras-chave escutada na história dos grupos sociais é a luta. Essa é uma palavra recorrente nas narrativas dos participantes em relação à mudança para a habitação social regularizada. Porém, essa luta não é visível na esfera do público, mas sim em tramas que tendem à interiorização: essa luta revela a centralidade de um esforço individual, em um espaço privado, próximo ao corpo, ao doméstico e à ordem de sobrevivência

A mudança para a habitação regularizada vai se configurando, então, como uma luta individual. Instala-se nos relatos e na vida contada a partir de um determinado universo de valores, segundo os quais a chegada à habitação social é associada a um momento de triunfo pessoal, do qual se orgulham, juntamente com a própria capacidade de sacrifício. Esse sacrifício costuma ocorrer com mais frequência nas histórias das mulheres, com configurações de gênero e maternidade tradicionais. Os filhos constituem, assim, o caminho para a interiorização das responsabilidades sobre a própria vida. Essa interiorização do desejo pela moradia, que podemos chamar de maternidade sacrificial, é o que permite compreender a tolerância dessas mães a qualquer mal-estar vinculado à nova habitação.

A questão do lar e seus conflitos parece ficar, assim, restringida à gestão heroica de mães que lutam contra suas próprias necessidades para conseguir casa própria para seus filhos. A casa, assim, implica a celebração de um triunfo individual de um novo espaço de soberania pessoal, do qual é possível desdobrar a própria autonomia, o que marca também o início da ênfase do espaço doméstico e do medo do espaço externo à moradia⁶ (BESOAIN, CORNEJO, 2015).

4 Idealização da casa própria, dificuldades e resistência

Em trabalho posterior de pesquisa em Santiago do Chile⁷, investigou-se a experiência da saudade e o desejo de retorno à moradia irregular, o que tensionou a celebração da nova propriedade nas histórias da aquisição da casa própria. Em alguns casos, esse sentimento se converteu em realidade, dando lugar a um trânsito inverso dos esforços de formalização e inclusão social: os participantes da pesquisa que receberam algum tipo de solução habitacional, deixaram-na, venderam ou abandonaram para retornar ao modo de vida anterior.

Essa resistência revela o processo de idealização do passado, onde se sente falta de uma outra experiência de reconhecimento e morar. Esse retorno é mobilizado pela busca de um lugar impossível, que surge como uma imagem idealizada que condensa desejos, frustrações e conflitos da experiência do morar na cidade, nas margens da sua formalidade. Porém, logo após retornar à moradia anterior, instala-se novamente a dificuldade de apropriação, agravada pelos sentimentos de melancolia e de perda de localização, que expressam o sentimento de ter ficado sem lugar.

Assim, retornar à moradia irregular tem um sentido duplo, tanto de resistência como de fracasso. A resistência se expressa pela luta para recuperar o sentido da apropriação que não foi obtido na nova moradia; e o retorno aparece como resistência às novas formas de vida que se consolidam em conjuntos de habitação social, onde os moradores não encontram respeito, calma, segurança e uso adequado dos espaços. Porém, junto ao retorno, a irregularidade e o lar já não conseguem ser sentidos como se desejava. O que as famílias sentiam como uma luta vai se perdendo, promovendo vivências entre nostalgia e desespero.

Os estudos mostram, nesses grupos sociais, o sentimento de vulnerabilidade por não serem escutados, reconhecidos e legitimados no seu desejo de moradia. Inicia-se dessa forma um processo de individualização e internalização da situação, predominando o sentimento de culpa pessoal. Finalmente, a circunstância de precariedade habitacional termina por se sedimentar e passa a ser um problema pessoal engatilhado por uma "falha própria". Assim, o retorno termina sendo vivido como um fracasso em primeira pessoa (MORALES et al., 2017).

À luz dessas pesquisas, o lar se configura tanto como espaço de reprodução como de contestação dos discursos e ideais neoliberais; torna-se um espaço complexo e de natureza contraditória: é tanto um lugar de opressão e instrumento de reprodução do capitalismo, como um dos poucos lugares seguros frente às iniquidades (MCDOWELL, 1999). Os grupos sociais articulam, criam e recriam em suas falas e práticas de morar às tensões entre os múltiplos discursos, relações de poder, materialidades e imaginários. O doméstico, portanto, reforça na intimidade cotidiana as contradições do capitalismo.

Nos últimos trinta anos, ocorreram importantes mudanças demográficas no Chile, que se traduziram no surgimento de novos arranjos habitacionais (CALVO, TARTAKOWSKY, MAFFEI, 2011; INE, 2010; MORENO, ARRIAGADA, 2008; OLAVARRÍA, 2014). Essas mudanças implicaram importantes desafios para as políticas públicas, na medida em que hoje não seria possível realizar uma equivalência entre a noção de família conjugal (nuclear biparental, heterossexual, com filhos) e a noção de lar. Embora as mudanças demográficas tenham trazido representações do tipo igualitário e democrático na experiência familiar chilena, estas convivem com representações do tipo tradicional e conservador (VALDÉS, VALDÉS, 2005).

A sociedade chilena estaria experimentando um liberalismo pragmático e um conservadorismo fraturado, caracterizado por um fenômeno de tradição seletiva por meio do qual algumas significações e práticas são eleitas e acentuadas, enquanto outras são omitidas e excluídas (MARTÍNEZ, PALACIOS, 2001). Assim, enquanto a separação entre os papéis sexuais diminuiu e apareceram novas formas de relações, as regras institucionais continuaram presentes nas lógicas de ação das pessoas no momento de organizar sua vida íntima (ARAÚJO, 2005).

Nesse complexo cenário de mudanças e continuidades, as relações entre gênero e lar se desestabilizaram, e se estabeleceram novas interações entre significados, práticas e imaginários. Embora a habitação e o lar representem um dos lugares mais relacionados ao gênero do espaço social, é importante ler o espaço sem assumir as associações como permanentes ou estáveis (MCDOWELL, 1999). O lar se configura em um processo complexo de reprodução e resistência às formas tradicionais de organização do espaço doméstico e suas relações com o espaço extradoméstico, tensionando as fronteiras e relações entre o interno e o externo, o dentro e o fora, o público e o privado.

5 Os impactos da produção habitacional social neoliberal nas práticas sociais

Em se tratando do Brasil, o neoliberalismo na política de habitação social brasileira ainda é recente, mas seus impactos na subjetividade já são perceptíveis. Na Região Metropolitana de São Paulo, implantaram-se diversos condomínios verticais de habitação social em áreas urbanas que já concentravam vulnerabilidade social, como, por exemplo, os conjuntos Vila Pimentas I e II e o Condomínio Residencial Parque Estela, em Guarulhos. Nesses novos conjuntos habitacionais, também se verificam a interiorização da prática social, a luta individual e o receio pelo uso dos espaços externos ao condomínio, associados ao medo e à violência, assim como práticas sociais incompletas, já que elas ocorrem nas áreas comuns dos condomínios habitacionais, intermediadas por regras e limitadas aos moradores de um mesmo conjunto (DONOSO, 2017).

O histórico chileno tem suas semelhanças com o caso brasileiro tanto pelo modelo formal monofuncional de concentração de unidades habitacionais em um mesmo trecho urbano, quanto pelo uso do padrão de condomínio habitacional social vertical para grandes cidades. Também estão presentes, nos dois países, problemas construtivos derivados da baixa qualidade das construções entregues pelas empresas contratadas, fruto das falhas do complexo modelo de parceria público-privada (como poucas exigências e escassa fiscalização do órgão público ou financiador) e da lógica de lucro necessária para viabilizar os empreendimentos. Em Santiago do Chile, por exemplo, tais problemas de construção, somados às intempéries, resultaram em demolições, como o dramático caso das *Casas Copeva*⁸, na *comuna de Puente*

Alto, ou mesmo do Conjunto Habitacional *Las Viñitas*, em *Cerro Navia*, e resultaram não só em um grande custo público, mas também em um grande impacto subjetivo e social, com sentimentos de estigma, isolamento e discriminação, além de abandono (DONOSO, 2017).

No caso brasileiro, embora as construções do Programa Minha Casa Minha Vida sejam recentes, já se verificam conjuntos habitacionais com problemas estruturais, e laudos técnicos já indicam a necessidade de demolição, caso do condomínio habitacional Duque de Caxias em Foz do Iguaçu, PR, condenado poucos anos após ser entregue aos moradores, ou do conjunto habitacional Zilda Arns II, em Niterói, RJ, condenado antes de ser entregue à população. Esse último estava sendo construído para os sobreviventes dos deslizamentos de terra do Morro do Bumba, em 2010.

6 Considerações finais

As relações entre o singular e o global, no caso do lar, estão atravessadas por múltiplas dimensões, associadas tanto a efeitos dos processos de financiamento das políticas habitacionais neoliberais, situação presente em diversos países da América Latina, quanto a relações de gênero em uma sociedade de forte vínculo colonial e tradicional. Essas situações estão presentes no Brasil e no Chile, no marco de uma história de luta por cidades, violentamente interrompida pela ditadura militar em ambos os países. Os novos universos de valores se entremeiam com as antigas narrativas, dando lugar a processos de subjetivação híbridos, cujas contradições se sustentam, resistem e são recriadas pelos indivíduos de maneira autônoma. Trata-se de um movimento complexo, de relações cruzadas entre reprodução e contestação de novos e antigos mandatos que se articulam de forma singular em cada caso.

O que se verifica através das análises das narrativas das famílias chilenas inseridas em programas habitacionais é que há grande impacto subjetivo nos processos de aquisição de uma casa própria, principalmente para grupos sociais em contexto de vulnerabilidade. Tal situação, se desconsiderada das políticas habitacionais e das noções de arquitetura e urbanismo, poderá estar facilitando, mesmo que não intencionalmente, a fragmentação social, a marginalização e o receio no uso dos espaços públicos.

Tal como sinaliza Raquel Rolnik (2015), para as políticas neoliberais devemos entender os processos de subjetivação vinculados ao espaço da habitação como uma amálgama entre dois momentos: o da destruição parcial do existente e a criação tendencial de novas estruturas. O exposto mostra os efeitos do neoliberalismo nas políticas habitacionais, na subjetividade e nas sociabilidades urbanas através de estudos de casos chilenos, que demonstram a complexidade no processo de resistir às ações hegemônicas de reprodução social.

As narrativas das famílias nos demonstram que as políticas habitacionais desencadeiam um paradoxo: junto ao êxito individual da moradia, há o possível enfraquecimento das redes sociais e das condições de sociabilidade, devido às práticas sociais serem cada vez mais interiorizadas. Isso ocorre tanto pela subjetividade quanto pelo individualismo, pois há um estímulo provocado pela luta individual de conquista da casa própria que tem particularizado uma celebração que deveria ser de um grupo social (MÁRQUEZ, 2004; BESOAIN, 2012).

As práticas cotidianas subentendem as redes sociais e as relações que se estabelecem no cotidiano, momento em que se possibilita superar o dia a dia alienado, através de pensamento crítico e da ação transformadora. A superação das adversidades ocorre quando os sujeitos se tornam atores da sua própria ação, e é no lugar que a prática social supera o dia a dia, onde se permite que a vida social e a resistência frente às relações de dominação ocorram (RIBEIRO, 2013, SANTOS, 1996). Essa resistência cotidiana crítica, no entanto, não ocorre sem contradições.

Agradecimentos

As autoras agradecem os financiamentos concedidos para a realização das pesquisas: à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pela Bolsa de Doutorado no país e Bolsa Estágio de Pesquisa no Exterior (processos 2013/04592-0 e 2015/07233-6) e ao CONICYT (*Comisión Nacional de Investigación Científica y Tecnológica de Chile*), através do Proyecto Fondecyt N° 11160337.

Referencias

AHMED, S. **Queer Phenomenology**: Orientations, objects, others. Durham and London: Duke University Press, 2006.

ARAUJO, K. Vida cotidiana y transformaciones de género: la esfera doméstica. **Revista de la Academia**, n. 10, p. 77-117, 2005.

- BESOAIN, C.; CORNEJO, M. Vivienda social y subjetivación urbana en Santiago de Chile: Espacio privado, repliegue presentista y añoranza. **Psicoperspectivas**, v. 14, n. 2, p. 16-27, 2015. Disponível em: [10.5027/PSICOPERSPECTIVAS-VOL14-ISSUE2-FULLTEXT-369](https://doi.org/10.5027/PSICOPERSPECTIVAS-VOL14-ISSUE2-FULLTEXT-369). Acesso em: 09 jun. 2021.
- BONDUKI, N. **Os pioneiros da habitação social**: Cem anos de política pública no Brasil. São Paulo: UNESP/Edições Sesc São Paulo, 2014.
- CALVO, A.; TARTAKOWSKY, A.; MAFFEI, T. **Transformaciones en las estructuras familiares en Chile**. Santiago, Chile: Ministerio de Planificación, Gobierno de Chile, 2011.
- CAMARGO, C. MCMV Entidades: outras interações reguladas pelo mercado. In: XVII ENANPUR, 2017. **Anais...**, ST-5.6, São Paulo, p. 1-19, 2017.
- DE MATTOS, C. Santiago de Chile, globalización y expansión metropolitana: lo que existía sigue existiendo. **EURE (Santiago)**. Santiago, v. 25, n. 76, p. 29-56, dez. 1999.
- DINGES, J. **Os anos do Condor**: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo: Companhia das letras, 2005.
- DONOSO, V. **Paisagem e cotidiano em habitação social nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Santiago do Chile**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.
- FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HARVEY, D. **The limits to capital**. London: Verso, 2008.
- INE. **Estadísticas del Bicentenario**: La familia chilena en el tiempo. Santiago do Chile: INE, 2010. Disponível em: http://www.ine.cl/filenews/files/2010/noviembre/pdf/enfoquefamilia_11_11_10.pdf. Acesso em: 22 mai. 2016
- LAZARINI, K. **Luta por moradia e autogestão em Buenos Aires**: da crise à construção popular do hábitat. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- MÁRQUEZ, F. Márgenes y Ceremonial: Los Pobladores y las Políticas de Vivienda Social en Chile. In: **Política**, v. 43, p. 185-203, 2004.
- MARTÍNEZ, J; PALACIOS, M. **Liberalismo y conservadurismo en Chile**: Análisis sobre opiniones y actitudes de las mujeres chilenas al fin del siglo XX. Santiago: GIM, 2001.
- MASSEY, D. La filosofía y la política de la espacialidad. In: Arfuch, L. (Coord.). **Pensar este tiempo**: espacios, afectos, pertenencias. Buenos Aires: Paidós, 2005. p. 101-128
- MCDOWELL, L. **Gender, Identity and Place**: Understanding Feminist Geographies. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- MONTECINO, S. **Madres y huachos**: Alegorías del mestizaje chileno. Santiago: Editorial Sudamericana, 1991.
- MORALES, R.; BESOAIN, C.; SOTO, A.; PINTO DE CARVALHO, L.; HIDALGO, K; FERNÁNDEZ, I.; BERNAL; V. Retorno al campamento: resistencia y melancolía en los márgenes de la ciudad formal. In: **Revista INVI**, v. 32, n. 90, p. 51-75, 2017.
- MORENO, J.; ARRIAGADA, C. El crecimiento de los hogares en Chile: Proyección y análisis de la proyección de los hogares a escala nacional, regional y comunal (2002-2018), Santiago de Chile: Editora Valente, 2008. Disponível em: http://www.bcn.cl/catalogo/detalle_libro?bib=223712. Acesso em: 22 mai. 2016.

MOUNK, Y. **The People vs. Democracy**: Why our freedom is in danger and how to save it. Cambridge: Harvard University, 2018.

OLAVARRÍA, J. (2014). Transformaciones de la familia conyugal en Chile en el período de la transición democrática (1990-2011). **Polis**, n. 37, 2014. Disponível em: <http://polis.revues.org/9973>. Acesso em: 22 mai. 2016.

OPAZO, M. **Evaluación de la política de vivienda social en la década de los noventa sobre la segregación y movilidad residencial en Chile**. Tese (Doutorado em Economia) – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad Autónoma de Madrid. Madrid, 2014.

PAZ, O. El laberinto de la soledad: Postdata, Vuelta a El laberinto de la soledad. México: Fondo de Cultura Económica, 2015.

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente**: ação, técnica e espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ROLNIK, R.; PEREIRA, A. L. S.; MOREIRA, F. A.; ROYER, L. O.; IACOVINI, R. F. G.; NISIDA, V. C.; LOPES, A. P. O.; ROSSI, L. G. A. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, Maio 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/18863>. Acesso em: 19 mai. 2021.

ROLNIK, R. **A guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROYER, L. **Financeirização da política habitacional**: limites e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2014.

ROSE, G. **Feminism and geography**: the limits of geographical knowledge. London: Polity Press, 1993.

SANCHEZ, C. Poverty And Inequality In Access To Housing In Mexico City During Neoliberalism. **Socio Economic Challenges**, v. 4, n. 2, p. 31-43, 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SHIMBO, L. **Habitação social, habitação de mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.

SKEWES, J. De invasor a deudor: el éxodo desde los campamentos a las viviendas sociales en Chile. In RODRÍGUEZ, A., SUGRANYES, A. (Ed.) **Los con techo**: Un desafío para la política de vivienda social. Santiago: Ediciones SUR, 2006. p. 103-124.

TAPIA ZARRICUETA, R. Vivienda social en Santiago de Chile: Análisis de su comportamiento locacional, período 1980- 2002. **Revista INVI**, Santiago, v. 26, n. 73, nov. 2011, p. 105-131, 2011.

VALDÉS, T.; VALDÉS, X. **Familia y vida privada**: ¿transformaciones, tensiones, resistencias y nuevos sentidos? Santiago: FLACSO, 2005.

1 Sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, Raquel Rolnik, Alvaro Luis dos Santos Pereira, Fernanda Accioly Moreira, Luciana de Oliveira Royer, Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini, Vitor Coelho Nisida, Ana Paula de Oliveira Lopes e Luis Guilherme Alves Rossi (2015) comentam que "(...) inspirou-se em políticas habitacionais que já vinham sendo implementadas em outros países da América Latina, como México e Chile, desde os anos 1980." (ROLNIK et al., 2015, p. 131).

2 Nos primeiros meses do ano de 2019 e do novo governo do Presidente Jair Bolsonaro (PSL), algumas Medidas Provisórias, Decretos e mudanças nos Ministérios causaram bastante controvérsia. Dentre elas estão: a diminuição do salário mínimo, abaixo do valor determinado pelo governo anterior e em uma correção de 5,45% sobre o anterior (de R\$ 954,00 para R\$ 998,00); a assinatura de decreto que facilita a posse de arma de fogo e altera o Estatuto do Desarmamento; a proposta de Reforma da Previdência, com mudanças pouco compatíveis com a realidade da classe trabalhadora brasileira, como o aumento do tempo mínimo de contribuição e mudanças nas regras do Benefício de Prestação Continuada.

3 No governo chileno, a *comuna* é a menor unidade administrativa, dirigida por um conselho comunal e presidida por um *alcalde*. O governo *comunal* atua em diversos âmbitos, similarmente a um município brasileiro.

4 Importante destacar que são as mulheres/mães as principais beneficiárias da política habitacional chilena realizada a partir do *Fondo Solidario de Elección de Vivienda*.

5 Duas referências fundamentais nesses temas são a obra "*Madres y Huachos: alegorías del mestizaje chileno*" de Sonia Montecino, e "*El laberinto de la soledad*", de Octavio Paz.

6 Na habitação social, o âmbito do encontro com outros se reduz ao espaço interior da intimidade familiar, desencadeando um processo de diferenciação e estranhamento com o exterior, que é visto como ameaçador e temido. Esse processo abre caminho para os discursos sobre insegurança, e poderia estar facilitando os processos de fragmentação social e marginalização na cidade.

7 Essa pesquisa, intitulada "*Ser sujeto en la ciudad informal: procesos de subjetivación en pobladores retornados desde la vivienda social al campamento*", foi financiada pelo "*Fomento a Proyectos de Investigación/Facultad de Psicología*", *Universidad Alberto Hurtado*, no ano de 2014.

8 Mais informações podem ser encontradas na tese de Doutorado de Verônica Donoso (2017).